

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

19  
Dez  
2017

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo





RODRIGO GAVINI - 14/11/2017

**PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO:** benefícios são pagos a partir do que a legislação permite

# Auxílio-moradia pago a 319 juízes do Estado

**Tribunal de Justiça do Estado paga R\$ 29 milhões por ano com todos os benefícios destinados para os magistrados**

**Brunella França**

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) paga o auxílio-moradia de R\$ 4.377 a 319 de seus 344 juízes e desembargadores que estão na ativa. A média nacional, segundo levantamento da Agência Estado, nos 26 tribunais estaduais que enviaram seus dados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é de três a cada quatro magistrados.

Mantendo a mesma proporção,

no Espírito Santo a média seria de 3,68 a cada quatro juízes e desembargadores. Aqui, 92% dos membros da magistratura requereram o benefício, pago por força de liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, desde outubro de 2014.

Por ano, são R\$ 16.757.950,94 que saem dos cofres do Estado para bancar o auxílio aos 319 juízes. No mesmo levantamento, considerando-se os auxílios moradia, alimentação e saúde, o TJ-ES gasta, anualmente, R\$ 29.092.356. Comparando com os outros TJs, o do Estado fica em 9º lugar como o que mais gasta em auxílios.

Em relação ao auxílio-alimentação, a média nacional é de 78% dos magistrados recebendo o benefício nos tribunais estaduais. No Espírito Santo, apenas um juiz dos 344 não recebe o auxílio. O gasto

anual com esse benefício é de R\$ 7.923.341,16.

Já o auxílio-saúde é pago a 404 magistrados, ou seja, há membros inativos que também recebem o benefício. Em novembro, mês de referência dos dados divulgados, foram desembolsados R\$ 367.588,76 para esse auxílio.

O Tribunal de Justiça, por meio de sua assessoria, disse que “as remunerações dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo são pagas a partir do disposto na legislação vigente, em decisões judiciais porventura proferidas e, ainda, em eventuais deliberações do Conselho Nacional de Justiça”.

A nota ainda reforça que “as referidas remunerações são submetidas ao controle externo do Tribunal de Contas Estadual, bem como do próprio CNJ”.



## **Cármen Lúcia pede que outros poderes divulguem folhas de pagamentos**

### **71,4% dos magistrados de TJs somaram rendimentos acima do teto de R\$ 33 mil**

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou que outros poderes tornem públicos os salários de seus funcionários, como fez o Judiciário por determinação do CNJ. O pedido foi feito em entrevista à Globonews neste domingo, após levantamento do GLOBO apontar que 71,4% dos magistrados dos Tribunais de Justiça (TJs) dos 26 estados e do Distrito Federal somaram rendimentos superiores ao teto constitucional de R\$ 33.763 pagos.

— Não sei se o problema maior é dos vencimentos dos juízes, por uma singela razão de que não temos conhecimento dos ganhos dos outros poderes, que também dispõem de ganhos, parece, acima do teto. Por isso mesmo, também precisariam ser conhecidos para sabermos se há o problema, qual é o problema e quem tem o maior problema — afirmou ela.

A presidente do CNJ comentou ainda que o salário estar abaixo do limite estabelecido pela Constituição não significa, necessariamente, legalidade. Da mesma maneira, um vencimento acima do teto, de imediato, também não quer dizer que haja irregularidade.

— Estamos apurando quais são os vencimentos, se são casos esporádicos, para dizer que nem todo pagamento abaixo do teto significa, necessariamente, que seja legal, porque (o magistrado) pode ter recebido sem base legal. Por outro lado, o vencimento num mês com gratificação natalina, pode chegar ao chamado extra teto, que ultrapassa o teto e não é ilegal — explicou a ministra, que defendeu a apuração dos dados:

— O que nós precisamos é saber quais são os dados reais, em que isso impacta a folha e o que fazer a respeito, que é, basicamente, promover o saneamento. Agora temos uma planilha que mostra exatamente quem ganha quanto. Vamos trabalhar para que tenhamos a legalidade do sistema operando novamente.

Depois, Cármen Lúcia voltou a defender que a discussão seja estendida para outras áreas, que nunca disponibilizaram suas remunerações:

— Outras instituições ainda não mandaram (os salários) e nunca mostraram. É preciso que a gente discuta isso de uma forma ampla.

### **MÉDIA DE R\$ 42,5 MIL**

Dos mais de 16 mil juízes e desembargadores dos TJs, 11,6 mil ultrapassaram o teto. A remuneração média desse grupo de magistrados foi de R\$ 42,5 mil. Nessa conta, auxílios, gratificações e pagamentos retroativos têm peso significativo e chegam a representar um terço do rendimento mensal — cálculo que só pôde ser feito a partir da exigência do CNJ de receber as folhas completas num único padrão.

No levantamento, O GLOBO desconsiderou os benefícios a que todos os servidores dos Três Poderes têm direito: férias, abono permanência e 13º salário. Em alguns estados, foi usada como referência a folha de novembro; em outros, a de outubro ou setembro, dependendo da que foi divulgada.

Não é possível, no entanto, afirmar que os pagamentos são irregulares e ferem a lei. A Constituição define como teto os salários dos ministros do STF, mas abre margem para exceções ao retirar “parcelas de caráter indenizatório previstas em lei” do cálculo.

Os tribunais argumentam que determinados auxílios, como moradia e alimentação, e os chamados direitos eventuais, entre os quais as gratificações por exercício cumulativo e os pagamentos retroativos, não são considerados na conta do teto constitucional. Os órgãos afirmam seguir as resoluções do CNJ, que fiscaliza o Judiciário e especifica quais auxílios devem ficar de fora do limite.

## TJs gastam R\$ 890 mi com penduricalhos para juízes

**Despesa dos tribunais de Justiça com indenizações como o auxílio-moradia e outros amplia em até 30% o vencimento dos magistrados estaduais além do teto salarial**

A concessão generalizada de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-saúde faz com que 26 tribunais estaduais de Justiça gastem cerca de R\$ 890 milhões por ano com esses pagamentos. Na última folha salarial publicada, 13.185 juízes dos TJs (mais de 80% do total) tiveram o contracheque inflado por esses benefícios ou itens similares.

O Estadão Dados mediu pela primeira vez o impacto dos “penduricalhos” nos contracheques do Judiciário graças à publicação detalhada e padronizada de dados salariais, determinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dos TJs estaduais, apenas o do Amapá ainda não abriu a caixa-preta da folha de pagamentos. Com os auxílios, juízes obtêm um ganho de até 30% em relação ao salário básico. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, o salário médio é de R\$ 28,2 mil, e os benefícios recebidos garantem um acréscimo médio de quase R\$ 8,4 mil.

As médias, porém, ocultam os casos mais extremos. Em novembro, 69 juízes de nove Estados receberam mais de R\$ 10 mil a título de auxílio. Por ter caráter de “verba indenizatória”, e não de salário, esses recursos não são levados em conta no cálculo do teto de vencimentos dos magistrados, de R\$ 33.763, nem são descontados quando o limite é atingido.

Além dos R\$ 890 milhões, há outros custos na folha, de caráter eventual. Em novembro, eles somaram R\$ 9 milhões. Os salários básicos, sem contar os extras, consomem quase R\$ 6 bilhões por ano. Por causa dos auxílios e outros extras, um terço dos juízes estaduais teve rendimento líquido superior ao teto. No topo do ranking, um contracheque de R\$ 227 mil, em Rondônia.

O auxílio-moradia começou como vantagem restrita – uma “ajuda de custo, para moradia, nas comarcas em que não houver residência oficial para juiz, exceto nas capitais”, segundo a Lei Orgânica da Magistratura. Em 1986, a restrição às capitais foi abolida. O que era exceção passou a ser regra. Leis estaduais estenderam o pagamento a todos os integrantes de determinados TJs. O Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu o benefício a todos os juízes federais e, depois, a todos os TJs estaduais e aos ramos militar e trabalhista do Judiciário. Há ações que reivindicam o “direito” também aos juízes aposentados.

Atualmente, três em cada quatro juízes estaduais recebem auxílio-moradia, independentemente da cidade onde trabalham e do fato de possuir ou não residência própria. Apenas o auxílio-alimentação atinge uma parcela maior: 78%.

Na semana passada, o ministro Luiz Fux, do STF, negou seguimento a uma ação popular contra decisão sua de autorizar pagamento de auxílio-moradia a juízes, promotores e conselheiros de tribunais de contas. Foi Fux, em decisão provisória de 2014, quem estendeu o benefício a todos os juízes federais, mesmo os que atuam na cidade de origem.

Para o ex-presidente do STF e do CNJ Carlos Ayres Britto, não faz sentido excluir os auxílios do cálculo do teto. “Sempre entendi, em meus votos, que teto é um limite máximo, não admite sobreteto, ultrapassagem. Na medida em que há claraboia nesse teto, perde-se a noção.”

Todos os tribunais estaduais foram procurados pela reportagem. Os 19 que responderam até a conclusão desta edição (SP, DF, CE, PR, MS, MA, MG, PI, TO, AM, ES, RR, BA, SE, RO, SC, PA, RS e GO) ressaltaram que os pagamentos dos salários estão dentro do teto constitucional e que demais auxílios e indenizações constam de legislações estaduais ou resoluções do CNJ, e, portanto, são legais.

# Indenização de 10 mil para professora

**Acusada de agressão por pais de aluno, em Linhares, professora levou o caso à Justiça e ganhou ação por danos morais**

**U**ma professora de Linhares, no Norte do Estado, deve ser indenizada em R\$ 10 mil por danos morais após sofrer acusações e ofensas de familiares de alunos.

Nos autos, a professora alega que durante reunião realizada na escola em que trabalhava, foi difamada e caluniada pelos pais de um estudante. Os pais acusavam a professora de agredir o filho e um sobrinho deles.

Os réus teriam proferido palavras impróprias contra a docente, causando transtorno à sua reputação profissional e pessoal na comunidade onde ela mora.

Em sua defesa, os réus alegaram que, durante a reunião, a conversa se deu em tom de indignação, porém, sem agressões verbais, não tendo ocorrido qualquer dano moral, motivo pelo qual pedem pela improcedência dos pedidos contidos no processo.

Segundo o juiz Wesley Sandro Campana dos Santos, do 2º Juízo Especial Cível de Linhares, foram ouvidas a diretora da escola e outra testemunha presente na reunião, sendo que ambas confirmam as ofensas verbais proferidas contra a requerente.

As acusações também foram registradas na esfera policial. O magistrado entendeu configurado o

dano moral, afirmando que a acusação e as agressões verbais chegaram ao conhecimento de toda a comunidade do âmbito escolar onde a autora trabalhava, colocando em dúvida suas atitudes enquanto profissional e ser humano.

Em sua decisão, o juiz informa que, após procedimento policial, não ficou comprovada a responsabilidade da requerente pelos hematomas sofridos pelo aluno.

O magistrado ainda destacou que não há notícia de que a autora tenha tido atitude semelhante à descrita pelos réus em outra oportunidade ou com qualquer outro aluno, sendo coerente com a conduta ética esperada de alguém em sua posição.

“A atitude dos requeridos causou e causa momentos de angústia para a autora, que, inclusive, teve que se afastar de seu trabalho e da sala de aula onde o menor estudava, se sentindo envergonhada perante terceiros, já que os requeridos anunciavam o ocorrido em toda a comunidade local”, explicou o juiz.

WILTON JUNIOR - 11/12/2013



**O JUIZ Wesley Sandro julgou o caso**



## **Professora acusada de agredir aluno em Linhares deve ser indenizada em R\$ 10 mil**

### **A professora alega que durante reunião realizada na escola em que trabalhava, foi difamada e caluniada pelos pais de um estudante**

Uma professora de Linhares deve ser indenizada em R\$ 10 mil por danos morais após sofrer acusações e ofensas de familiares de alunos. Nos autos, a professora alega que durante reunião realizada na escola em que trabalhava, foi difamada e caluniada pelos pais de um estudante, que a acusaram de agredir seu filho e seu sobrinho.

Os réus teriam proferido palavras impróprias contra a docente, causando enorme transtorno a sua reputação profissional e pessoal na comunidade onde mora a requerente.

Em sua defesa, os réus alegaram que durante a reunião, a conversa se deu em tom de indignação, porém, sem agressões verbais, não tendo ocorrido qualquer dano moral, motivo pelo qual pedem pela improcedência dos pedidos contidos na inicial.

Segundo o magistrado do 2º Juizado Especial Cível de Linhares, foram ouvidas a diretora da escola e outra testemunha presente na reunião, sendo que ambas confirmam as ofensas verbais proferidas contra a requerente.

Além da confirmação das testemunhas, as acusações também restaram provadas, uma vez que os requeridos, buscando apuração dos fatos, registraram o fato na esfera policial.

Diante das provas, o magistrado entendeu configurado o dano moral, afirmando que a acusação e as agressões verbais certamente chegaram ao conhecimento de toda a comunidade do âmbito escolar onde a autora trabalhava, colocando em dúvida suas atitudes enquanto profissional e ser humano.

Em sua decisão, o juiz informa ainda que, após procedimento policial, não ficou comprovada a responsabilidade da requerente pelos hematomas sofridos pelo menor.

O magistrado também destacou que não há notícia de que a autora tenha tido qualquer atitude semelhante à descrita pelos réus em outra oportunidade ou com qualquer outro aluno, sendo coerente com a conduta ética esperada de alguém em sua posição.

“A atitude dos requeridos causou e causa momentos de angústia para a autora, que inclusive teve que se afastar de seu trabalho e da sala de aula onde o menor estudava, se sentindo envergonhada perante os terceiros, já que os requeridos anunciavam o ocorrido em toda a comunidade local”, explicou o juiz, justificando assim sua decisão.

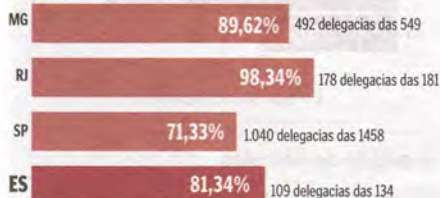
REPORTAGEM ESPECIAL

Polícia Civil: faltam servidores e sobram inquéritos

Os dados são de 2016

INQUÉRITOS POLICIAIS ATRASADOS

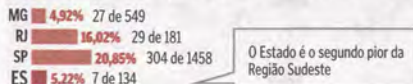
Número de delegacias que possuem inquéritos policiais tramitando por mais de 2 anos



O Estado possui situação melhor do que Minas e Rio de Janeiro

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Número de delegacias que possuem quadro de funcionários suficiente



O Estado é o segundo pior da Região Sudeste

PLANTÕES ININTERRUPTOS

Número de delegacias que possuem plantões 24 horas por dia



Esse é o menor percentual da Região Sudeste

PRESEÇA DO DELEGADO NOS PLANTÕES

Número de delegacias nas quais os delegados trabalham de sobreaviso nos plantões



FALTA DE INQUÉRITOS

Número de delegacias que possuem ocorrências investigadas sem inquérito policial



É o pior percentual da Região Sudeste

Infografia | Genildo Ronchi

# INVESTIGAÇÃO LENTA

81% das delegacias do Estado têm inquéritos sem conclusão há mais de dois anos, diz levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

FALTAM EQUIPES

“Há uma defasagem de 60% no quadro geral de funcionários da Polícia Civil e de 80% da Polícia Técnico-Científica”

JORGE EMÍLIO LEAL  
PRESIDENTE DO SINDIPOL

“Há uma defasagem de 60% no quadro geral de funcionários da PC e de 80% da Polícia Técnico-Científica. Ou seja, o número de peritos que precisam ir aos locais de crime é insuficiente. Com isso, os homicídios são priorizados e os crimes patrimoniais ficam para trás”.

Leal acrescenta que o déficit dificulta até mesmo a emissão de documentos, como a carteira de identidade. “O problema vai desde a falta de material de trabalho para a perícia até a falta de armas, coletes e de gasolina para viaturas, que estão sendo contingenciadas”, reclama.

A promotora de Justiça e membro auxiliar do CNMP Vanessa Vallavazzi, explica que o prazo para a conclusão de inquéritos - que são ne-

ACERVO DE FAMILIA



Angústia

Há 10 meses o sargento Marcos Garcia foi assassinado em Santa Maria de Jetibá. Até hoje sua família aguarda a conclusão do inquérito.

cessários para a proposição da ação penal - varia conforme a complexidade dos crimes. Mas, em dois anos mesmo os casos mais difíceis já deveriam ter sido solucionados. Para Vanessa, a falta de respostas à população gera a sensação de impunidade.

“Em muitos casos, os crimes acabam sem solução e fica a impressão de que o Estado não deu importância. Isso não é algo que deva ser notado em país nenhum. O CNMP está se articulando em todo o país com outras instituições para desenvol-

ver políticas públicas”.

Espera que se traduz em angústia. É o que diz Maria Garcia, 79, que perdeu o filho em fevereiro deste ano, durante a greve da Polícia Militar. O sargento Marcos Garcia, 37, que era lotado no Grupo de Apoio Operacional (GAO), foi assassinado com um tiro no rosto em Santa Maria de Jetibá. Dez meses depois, a identidade do suspeito ainda é mistério. O crime é investigado pela delegacia da cidade.

Emocionada, Maria conta que a morte de Marcos afetou toda a família. “O delegado é muito bom, ele diz que quer resolver o caso, assim como o promotor. O problema é que não há efetivo. Eu já mandei até uma carta para o juiz. Eu não posso morrer sem saber quem matou meu filho. Tenho esse direito como mãe, pois ele era um homem de bem. Eu peço por mais efetivos nas delegacias. A justiça seria um alento para nós”.

FALTAM PLANTÕES

Mas a preocupação vai além dos inquéritos. Vanessa Vallavazzi ressalta que o baixo número de delegacias com plantão 24 horas também deixa a desejar. No Es-

pírito Santo, apenas 26 delas trabalham em regimes ininterruptos, o equivalente à 19,4% do total. Esta é a menor taxa da região Sudeste.

“A falta do plantão faz com que as pessoas, principalmente do interior, tenham que se deslocar para outras cidades para registrar ocorrências. Precisamos de plantões que funcionem, onde a vítima possa relatar o que houve com ela. Isso é substancial para a resolução e a coibição de crimes”, argumenta.

O advogado criminalista e professor universitário Cássio Rebouças, pontua: “A PM prende em flagrante, mas o registro da prisão é feito pela PC. Principalmente no interior, quando não há plantões, os PMs precisam se deslocar por longas distâncias para ir às delegacias de outras cidades.”

Para o presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil, Rodolfo Laterza, a precariedade em nível nacional exige mudanças. “As polícias precisam ser reformuladas e não pode haver contingenciamento de recursos. É preciso investir em reestruturação, tecnologia e nas carreiras, que são mal remuneradas”.



REPORTAGEM ESPECIAL



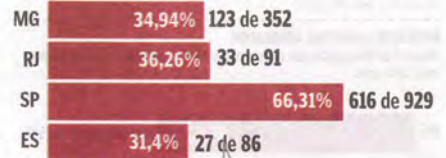
SINDIPOL

Imagens do Sindipol mostram a situação precária das delegacias regionais de São Mateus e de Linhares

Estrutura das delegacias

Depósito de bens

Número de delegacias que possuem depósito para bens em condições adequadas



É a pior situação do país

Depósito de veículos

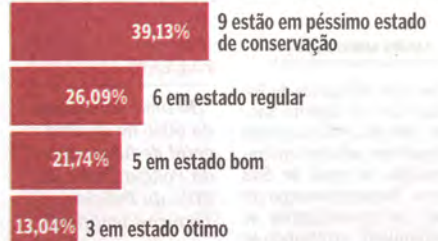
Número de delegacias que possuem depósito de veículos



É a segunda pior situação do país, praticamente empatada com o Rio de Janeiro

Celas de custódia

Das 23 celas de custódia e carceragem presentes em delegacias do Estado:



Infografia | Genilro Ronchi

# Delegacias do Estado em más condições

Só 27 têm condições de armazenar materiais apreendidos, o pior índice do Sudeste

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@regazeta.com.br

Assim como a falta de funcionários, o Controle Externo da Atividade Policial 2016, divulgado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), aponta as más condições estruturais das delegacias de Polícia Civil em nível nacional e estadual.

De acordo com o relatório, das 86 delegacias do Estado que possuem depósito para bens apreendidos, 27 (31,4%) possuem boas condições de armazenamento dos materiais. Trata-se do pior percentual do Sudeste.

A situação é pior em relação aos veículos: apenas sete das 66 delegacias pos-



RICARDO MEDEIROS

Motos estão abandonadas no DPJ de Cariacica

suem depósitos em estado adequado para preservá-los. "Isso acarreta, inclusive, problemas de saúde pública devido ao acúmulo de água e insetos", ressalta Vanessa Cavallazzi, membro auxiliar do CNMP.

O presidente do Sindipol, José Emílio Leal, desta-

ca que para além dos problemas de infraestrutura, em alguns locais da Grande Vitória e do interior, duas ou mais delegacias funcionam em um mesmo espaço, mas sem que o número de funcionários seja aumentado.

Segundo Leal, a precariedade dos locais os torna vul-

neráveis. Em agosto deste ano, por exemplo, duas unidades - a sede administrativa da 2ª Delegacia Regional de Vila Velha e a Delegacia da Mulher, em Vitória - foram arrombadas. Armas e dinheiro foram levados.

De acordo com o relatório, 23 delegacias do Estado ainda possuem celas de custódia e carceragem, das quais nove estão em péssima situação. Ainda assim, tanto Venessa Vallazzi quanto o advogado criminalista Cássio Rebouças afirmam que o quadro já é melhor se comparado ao passado. O objetivo é que as celas sejam todas retiradas. "Esse problema já foi um caos, pois havia muitas celas em condições inadequadas, desumanas. Mas hoje, em geral, o preso é encaminhado aos centros de triagem", diz Cássio.

# Secretário de Segurança admite que situação não é ideal

Diante dos números apresentados pelo estudo, o secretário estadual da Segurança Pública, André Garcia, ressaltou que o trabalho de sua equipe é para enfrentar essa realidade e, mesmo em uma época de controle de gastos públicos, investimentos têm sido realizados.

Em relação aos plantões sem a presença de delegados, Garcia pondera que o Espírito Santo tem dimensões territoriais que permitem um rápido deslocamento do policial. O secretário admite que a situação não é a ideal, mas é o que é possível fazer nos dias de hoje.

"O diagnóstico não é

novidade, e não é só a polícia que passa por esse quadro. O próprio Ministério Público padece de efetivo", aponta Garcia.

Quanto ao longo período de tramitação das investigações, o secretário disse que não é viável definir um prazo, embora a legislação o determine, porque depende da complexidade de cada caso. "A despeito disso, vale ressaltar que o Estado tem uma das maiores taxas de esclarecimento de crimes contra a vida", pontuou.

Mas para famílias como a do sargento da PM Marcos Antônio Garcia da Silva, assassinado em fevereiro e cuja investigação



CARLOS ALBERTO SILVA - 29/12/2014

André Garcia diz que investimentos têm sido realizados

ainda não foi concluída, a demora na elucidação é um sofrimento. "Esse caso está sendo investigado, e é

um desses complexos. Mas não vai ficar sem resposta", garantiu Garcia.

Para mudar a situação, o

O OUTRO LADO

"A despeito disso, vale ressaltar que o Estado tem uma das maiores taxas de esclarecimento de crimes contra a vida"

ANDRÉ GARCIA  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA

secretário destaca que foram contratados 183 policiais civis - investigadores, escrivães, delegados, peritos, médicos legistas - ao longo deste ano. Além disso, há perspectiva de fazer um novo concurso para re-

por o quadro de efetivos. "Nesse contexto de organizar as contas do Estado, um trabalho de muita responsabilidade, ainda assim conseguimos fazer as nomeações e estamos reequipando a polícia, comprando viaturas e armas", observa.

Garcia também afirma que unidades policiais vão passar por reformas em 2018 e um cronograma de obras já está sendo elaborado pela chefia da Polícia Civil. Algumas delegacias novas foram entregues neste ano - em Pedro Canário e Guaçuá - e outras passaram por intervenções, como em Santa Teresa, Linhares e Vila Velha.



## **Das 134 delegacias no ES, apenas 7 têm número adequado de servidores**

**Presidente do Sindipol diz que a falta de servidores aliada às más condições de infraestrutura faz com que as investigações se arrastem por mais tempo do que deveriam**

Das 134 delegacias da Polícia Civil do Espírito Santo, 109 delas possuem inquéritos tramitando há mais de dois anos. Ao mesmo tempo, apenas sete unidades possuem um número de funcionários adequado para a garantia de um bom funcionamento. Esses e outros dados foram apresentados pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que lançou nesta segunda-feira (18) o relatório de controle externo da atividade policial referente ao ano de 2016.

Para o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Espírito Santo (Sindipol), Jorge Emílio Leal, é justamente a falta de servidores aliada às más condições de infraestrutura das delegacias que faz com que as investigações se arrastem por mais tempo do que deveriam. “Hoje há uma defasagem de 60% no quadro geral de funcionários da Polícia Civil e de 80% da polícia técnica científica. Isso quer dizer que até mesmo o número de peritos é insuficiente para a demanda e, por isso, os homicídios acabam sendo priorizados”, afirma.

Já a promotora de Justiça e membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público, Vanessa Vallavazzi, acrescenta que a falta de resolução dos inquéritos leva à sensação de impunidade. “Em muitos casos os crimes acabam não sendo solucionados e fica a impressão de que o Estado não deu importância ao que aconteceu. Isso não é algo que deva ser notado em país nenhum e deve ser um problema resolvido em conjunto pelas instituições”, diz.

Segundo a promotora, a precariedade da estrutura também é um problema comum em nível nacional. Outra pendência, que precisa ser melhorada é em relação ao número de delegacias que funcionam 24 horas. No Espírito Santo, apenas 26 das 134 possuem regime de plantão ininterrupto.

“A falta do plantão faz com que as pessoas, principalmente do interior, tenham que se deslocar para outras cidades para registrar ocorrências. Precisamos de plantões que funcionem, onde a vítima possa relatar o que houve com ela. Isso é substancial para a resolução e a coibição de crimes”.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) foi procurada pela reportagem, disse que vai se manifestar, mas não deu retorno até a publicação desta reportagem.



## Hartung pede quórum a deputados para votações antes do recesso

**Na pauta da sessão da Assembleia desta segunda-feira, há nove projetos encaminhados pelo governo do Estado**

Com diversos projetos na pauta do Legislativo, o governador Paulo Hartung (PMDB) realizou um almoço no Palácio Anchieta em uma agenda restrita com os deputados estaduais nesta segunda-feira (18). No encontro, ele sancionou o orçamento de 2018 e agradeceu à base aliada pelos 107 projetos do governo aprovados neste ano.

Enquanto o peemedebista confraternizava e tirava selfies com os parlamentares, articuladores do governo conversavam individualmente com alguns deputados. O pedido era para que o quórum fosse mantido na última semana antes do recesso, já que o governo tem ainda uma série de propostas na pauta.

“Foi um encontro de agradecimento do governador pela parceria da Assembleia ao longo do ano. O Executivo encaminhou 107 projetos, todos eles aprovados, ainda restam alguns que devem ser findados nessa semana”, afirmou o presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), Erick Musso (PMDB).

Só na pauta da sessão desta segunda, há nove projetos encaminhados pelo governo do Estado tramitando na Casa. Entre eles, estão o Programa Estadual de Segurança e Eficiência de Barragens, fundos para conservação e manutenção de estradas, além de mudanças de cargos na área de perícia criminal, dentro da Polícia Civil e até redução na tributação do ICMS na venda de cachaças e vinhos.

“A prioridade é a PEC dos idosos, que institui gratuidade para maiores de 60 anos, menores de seis anos e pessoas com deficiência”, disse o líder de governo Rodrigo Coelho (PDT).

Também deve ser apreciado na sessão desta segunda, o projeto do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) que concede abono de R\$ 1 mil os seus servidores, assim como fez outros Poderes na última semana. Outros dois vetos do governo também encabeçam a pauta de votações.

Entre os deputados que não compareceram ao almoço com Hartung, Amaro Neto (SDD) e Luzia Toledo (PMDB) justificaram ao governador suas ausências. Outros que não estiveram na confraternização foram os deputados Josias da Vitória (PDT), Eustáquio Freitas (PSB), Euclério Sampaio (PDT), Enivaldo dos Anjos (PSD), Rafael Favatto (PEN), Sergio Majeski (PSDB) e Theodorico Ferraço (DEM).



## **Bacharel em Direito acusado de agredir faxineira na Praia do Canto vai a júri popular**

**Em setembro foi feito um pedido de liberdade provisória para o suspeito, que está preso preventivamente, mas foi negado**

O bacharel em Direito Bertrand Aron Franceschi, de 31 anos, vai ser submetido a júri popular por tentativa de homicídio qualificado, quando o crime é cometido por motivo fútil e impossibilitando a defesa da vítima, contra a auxiliar de serviços gerais Creonice Coutinho dos Santos, de 43 anos. A decisão foi divulgada na última quarta-feira (6).

Franceschi está preso preventivamente desde dezembro do ano passado. Ele é acusado de agredir a faxineira enquanto trabalhava em um prédio na Praia do Canto, em Vitória, mesmo local onde o bacharel mora.

Em setembro deste ano um pedido de liberdade provisória para o réu foi negado, por unanimidade, pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). O Ministério Público Estadual (MPES) opinou favoravelmente à concessão da liberdade provisória do acusado, mediante a aplicação de medida de internação. No entanto, o juiz Marcos Pereira Sanches, da 1ª Vara Criminal de Vitória, entendeu por manter a prisão e negou o pedido.

De acordo com a decisão, o acusado contou que lembra de ter saído na noite anterior ao crime para festejar e detalhou as drogas que foram utilizadas (LSD, êxtase, maconha e cocaína). Ele contou que lembra de ter retornado para casa e o momento em que saiu do veículo, além do que ocorreu depois da agressão, mas não lembra do que teria feito contra a vítima.

“Nesse contexto, diante da dimensão e vulto polêmicos da questão, deve o réu, a meu sentir, ser pronunciado, sob pena de ser subtraído o julgamento do fato ao Juízo Natural, que é o E. Tribunal do Júri, de modo que a absolvição sumária solicitada usurparia a atribuição do Conselho de Sentença”, destacou o juiz na decisão.

### **O crime**

De acordo com a vítima, ela estava limpando a garagem quando um dos moradores do edifício chegou de carro. As câmeras de segurança do prédio flagraram toda a ação. Nas imagens, Bertrand apareceu estacionando o veículo e caminhando. De repente ele passou mal e caiu. A auxiliar de serviços gerais viu a situação e correu para pedir ajuda. O suspeito sentou e a mulher estendeu a mão oferecendo ajuda. Nesse momento o bacharel em Direito começou a se afastar dela. Mas depois voltou para agredi-la.

Logo no início, a auxiliar de serviços gerais desmaiou. Foram vários socos na cabeça e chutes. Tanto a vítima quanto o agressor foram levados para o Hospital São Lucas, também em Vitória. Creonice precisou passar a noite no local. Ela não teve nenhuma fratura, mas perdeu cabelo e ficou com muitos hematomas pelo corpo.



## Morador que espancou faxineira na Praia do Canto vai a júri popular

### Bacharel em Direito Bertrand Aron Franceschi, 32, vai responder por tentativa de homicídio qualificada

O bacharel em Direito Bertrand Aron Franceschi, 32 anos, que espancou uma faxineira dentro do prédio onde morava, na Praia do Canto, em Vitória, vai a júri popular por tentativa de homicídio qualificada contra a vítima, ocorrida no ano passado.

Bertrand está preso desde o dia do crime. O Ministério Público do Estado havia se posicionado a favor de que ele fosse submetido a tratamento contra a dependência em uma clínica, ao invés da prisão.

O caso aconteceu no dia 29 de dezembro de 2016. O acusado agrediu a funcionária do condomínio em que ele mora com chutes, socos e pontapés. Mesmo desmaiada, a vítima continuou sendo espancada.

Ele só foi contido após vizinhos utilizarem um extintor de incêndio para tirá-lo de perto da faxineira. O acusado afirmou que havia usado cocaína, LSD, ecstasy, maconha e álcool em uma festa, momentos antes das agressões.

Na decisão, proferida no dia 6 de dezembro, o juiz Marcos Pereira Sanches, destacou o resultado do laudo psiquiátrico do acusado. Ficou provado que, sem o efeito de entorpecentes, Bertrand é uma pessoa normal, que soube prestar todas as informações da vida pessoal de forma calma e organizada.

O magistrado destacou ainda que se trata de uma pessoa com curso superior, emprego e com total consciência de que ingeriu as substâncias por vontade própria. Com isso, o juiz negou a liberdade provisória a Bertrand e determinou que ele seja submetido ao Tribunal do Júri.

Após as agressões, a vítima ficou com duas hérnias de disco e dois nervos da coluna pressionados, não conseguindo virar muito o pescoço, além de problemas na visão, motivos pelos quais está afastada do trabalho desde o dia dos fatos.

O documento da Justiça ressalta que, após o crime, quem bancava as despesas da casa era a filha da declarante, que trabalha como ajudante de cozinheira, pois não foi procurada pela família do acusado.

Ainda não foi definida uma data para o julgamento de Bertrand. O processo continua em andamento.

### ENTREVISTA

Ainda muito abalada e com sequelas no corpo, a faxineira de 44 anos que foi espancada pelo bacharel em Direito Bertrand Aron Franceschi, 32, contou que a vida mudou completamente após o crime. Hoje, ela não pode trabalhar ou fazer coisas simples do dia a dia.

#### O que mudou em sua vida de lá pra cá?

Minha vida mudou por completo. Está sendo bem difícil porque trabalhei minha vida toda, desde os 10 anos e hoje não posso mais. Ainda sinto fortes dores no pescoço e nem posso virar para trás. Hoje (ontem) fui na casa de uma colega e quando subi o morro senti muita dor nas costas. Coisas simples como subir uma escada eu não consigo mais, pois já passo mal.

#### E como consegue fazer as coisas em casa?

Não consigo nem limpar minha casa direito e mal consigo fazer uma comida. Quando faço qualquer esforço as pernas doem, fico tremendo... A agressão resultou em duas hérnias de disco e dois nervos pressionados. Por isso sinto tanta dor na coluna vertical.

#### De onde vem sua renda?

Por muito tempo veio da ajuda da minha filha, que também ganha pouco. Fiquei com várias contas atrasadas e tendo que pagar advogado. Há pouco tempo consegui um salário pelo INSS, que é inferior ao que eu ganhava como faxineira.

#### Lembra de algo do dia da agressão?

Só lembro do antes.

#### O que sente hoje pelo agressor?

Eu orei tanto que hoje eu não sinto raiva. Esse homem usa drogas desde os 14 anos. Ele precisa se libertar disso para ser uma pessoa normal ou pode fazer isso com outras pessoas. Só quero que a justiça seja feita. A minha esperança é que tudo resolva logo.

## **Justiça do ES condena Tulla Luana a pagar indenização para Gretchen**

### **Gretchen acusa a youtuber de ofender sua imagem e do filho Thammy através de vídeos postados no canal do Youtube**

A Justiça do Espírito Santo condenou a youtuber Tulla Luana a pagar uma indenização por danos morais à cantora Gretchen. O valor é de R\$ 10 mil, mais correção monetária e o pagamento de custas e despesas processuais.

Gretchen acusa a youtuber de ofender sua imagem, de Thammy Miranda e de outros filhos, através de vídeos postados no canal "WEBDIVATULLALUANA", inclusive com xingamentos contra a rainha do rebolado. O canal de Tulla tem atualmente mais de 80 mil seguidores.

No Twitter, a youtuber ainda postou fotos e vídeos íntimos da cantora. Gretchen alegou que as postagens feriram sua dignidade e honra, ofendendo até mesmo sua filha de apenas seis anos de idade.

No ano passado, a Justiça já tinha determinado que o YouTube retirasse os quatro vídeos do ar. Agora, determinou o pagamento da indenização. Na ação, Gretchen ainda pediu que a Google, dona do YouTube, também fosse condenada, mas a Justiça não reconheceu a responsabilidade da empresa.

Na decisão, a juíza Glícia Mônica Dornela Alves Ribeiro, da 1ª Vara Cível de Vila Velha, destacou que a liberdade de expressão não se trata de direito absoluto e deve respeitar a dignidade, "para que não resulte em prejuízo à honra, à imagem e ao direito de intimidade".

A reportagem tentou contato com Tulla por e-mail, mas a youtuber ainda não respondeu a mensagem.



## Vídeo de reconstituição mostra passo a passo do crime contra médica

**Dionathas Alves Vieira, 23 anos, indicou aos investigadores como atirou em Milena Gottardi dentro do estacionamento do Hucam**

A reportagem de A GAZETA teve acesso ao vídeo que mostra a reconstituição do assassinato da médica Milena Gottardi, de 38 anos, no estacionamento do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), em Maruípe, Vitória. Ela foi baleada na cabeça quando saía de um plantão.

No vídeo, o acusado de ser o executor do crime, Dionathas Alves Vieira, 23 anos, indica aos investigadores o passo a passo do assassinato, desde a entrada no estacionamento do hospital, até o momento em que a médica é abordada por ele. A reconstituição (veja abaixo) foi realizada no dia 17 de setembro.

### **CRIME**

Hilário e o pai dele — Esperidião Frasson — são acusados pela Justiça de serem os mandantes do crime. Segundo as investigações, pai e filho utilizaram dois intermediários, Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palaoro Filho, amigos da família há mais de 30 anos, para ajudar no assassinato e contratar um matador.

Dionathas Alves Vieira, apontado pela polícia como executor, estava desempregado quando recebeu a proposta de R\$ 2 mil para matar a médica. Ele, por sua vez, encomendou ao cunhado, Bruno Rodrigues Broetto, o roubo de uma moto para usar no dia do crime.

### **ACUSADOS TROCARAM MAIS DE 1,2 MIL TELEFONEMAS**

Os seis acusados pela morte da médica Milena Gottardi, 38 anos, trocaram 1.233 ligações e formaram uma rede de comunicação antes e após o crime. Os telefonemas foram feitos de 1 de janeiro de 2017 até 4 de outubro, segundo dados obtidos pela Polícia Civil após interceptação telefônica.

Os dados constam no inquérito policial ao qual A Gazeta teve acesso e revelam que as ligações se intensificaram com a aproximação da data do crime, 14 de setembro. O documento sugere que o planejamento do assassinato “iniciou-se pelos menos dois meses antes”, pelas análises feitas de 1 de julho de 2017 a 17 de setembro de 2017.

Nesse período foram 335 ligações, o que corresponde a quatro telefonemas trocados por dia entre os cinco dos envolvidos: os acusados de serem os mandantes, o policial civil Hilário Frasson e Esperidião Frasson, os intermediários Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palaoro Filho, conhecido como Judinho, e o executor Dionathas Alves Vieira.

## **Maçonaria suspende Hilário por tempo indeterminado**

**O Grão-Mestre Walter Alves Noronha informou que, caso seja condenado, policial será excluído da ordem**

A Grande Loja Maçônica do Espírito Santo definiu nesta segunda-feira (18) que o policial civil Hilário Frasson está suspenso por prazo indeterminado da ordem até que seja julgado. Ele é acusado de ser um dos mandantes da morte da ex-mulher, a médica Milena Gottardi, 38 anos, no dia 14 de setembro.

O Grão-Mestre Walter Alves Noronha informou que, caso seja condenado, ele será excluído da ordem. “Temos que esperar a decisão da Justiça, é ela que define se ele é inocente ou culpado. Caso a Justiça julgue que ele é inocente, será reintegrado à ordem”, esclarece.

Desde o dia 21 de setembro o policial civil está temporariamente suspenso até que todos os fatos envolvendo a participação dele no crime sejam esclarecidos, processados e julgados.

De acordo com uma circular a que a reportagem teve acesso, “todo maçom deve primar pelo bom nome da Ordem, conservando-se cidadão honesto e nunca atentar contra a honra de ninguém, principalmente de seus familiares, zelando sempre pelo mais rigoroso respeito aos princípios e ensinamentos da maçonaria, não podendo em momento algum manchar suas mãos nas impurezas do crime”.

### **Crime**

Hilário e o pai dele — Esperidião Frasson — são acusados pela Justiça de serem os mandantes do crime. Segundo as investigações, pai e filho utilizaram dois intermediários, Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palaoro Filho, amigos da família há mais de 30 anos, para ajudar no assassinato e contratar um matador.

Dionathas Alves Vieira, apontado pela polícia como executor, estava desempregado quando recebeu a proposta de R\$ 2 mil para matar a médica. Ele, por sua vez, encomendou ao cunhado, Bruno Rodrigues Broetto, o roubo de uma moto para usar no dia do crime.



## **Julgamento dos acusados de participar do assassinato de Milena Gottardi começa em janeiro**

**Ao todo, 55 testemunhas serão ouvidas durante as primeiras audiências de instrução, que serão realizadas entre os dias 16 e 31 de janeiro**

As primeiras audiências de instrução referentes ao julgamento dos acusados de envolvimento no assassinato da médica Milena Gottardi serão realizadas no mês que vem. Ao todo, 55 testemunhas serão ouvidas nessa primeira etapa, que ocorrerá entre os dias 16 e 31 de janeiro.

Segundo decisão do juiz Marcos Pereira Sanches, da 1ª Vara Criminal de Vitória, nos dias 16 e 17 prestarão depoimento as testemunhas arroladas pelo Ministério Público Estadual (MPES).

No dia 30 serão realizadas audiências, onde serão ouvidas as testemunhas arroladas pelas defesas de Hilário e Esperidião Frasson, acusados de serem os mandantes do assassinato de Milena. Já no dia 31 serão ouvidas as testemunhas apontadas pelas defesas de Valcir da Silva Dias e de Hermenegildo Palauro Filho, o Judinho, apontados como intermediários do crime.

Milena Gottardi foi assassinada em setembro deste ano após sair de um plantão no Hospital das Clínicas, em Vitória. Milena foi abordada no estacionamento da unidade de saúde e baleada na cabeça. A médica chegou a ser socorrida, mas morreu no dia seguinte.

**Agora, é Avançar.**

São mais de 7 mil obras de pequeno, médio e grande porte em todo o Brasil.

Clique e saiba mais em [avancar.gov.br](http://avancar.gov.br)

## TJs gastam R\$ 890 mi com ‘penduricalhos’ para juízes

Despesa dos tribunais de Justiça com indenizações como o auxílio-moradia e outros amplia em até 30% o vencimento dos magistrados estaduais além do teto salarial

Daniel Bramatti e Marianna Holanda, O Estado de S.Paulo  
18 Dezembro 2017 | 05h01

A concessão generalizada de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-saúde faz com que 26 tribunais estaduais de Justiça gastem cerca de R\$ 890 milhões por ano com esses pagamentos. Na última folha salarial publicada, 13.185 juízes dos TJs (mais de 80% do total) tiveram o contracheque inflado por esses benefícios ou itens similares.

**+++ Tribunal do Rio Grande do Norte pagou R\$ 39 milhões em auxílio-moradia para seus juízes**

**+++ Ministro do STF libera auxílio moradia retroativo para juízes do RN**

O **Estadão Dados** mediu pela primeira vez o impacto dos “penduricalhos” nos contracheques do Judiciário graças à publicação detalhada e padronizada de dados salariais, determinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dos TJs estaduais, apenas o do Amapá ainda não abriu a caixa-preta da folha de pagamentos. Com os auxílios, juízes obtêm um ganho de até 30% em relação ao salário básico. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, o salário médio é de R\$ 28,2 mil, e os benefícios recebidos garantem um acréscimo médio de quase R\$ 8,4 mil.

### NEWSLETTER **Política**

Receba no seu e-mail conteúdo de qualidade



Digite seu e-mail

ASSINAR





O Tribunal de Justiça de São Paulo afirma que os pagamentos dos salários estão 'dentro do teto constitucional' Foto: Daniel Teixeira/Estadão

As médias, porém, ocultam os casos mais extremos. Em novembro, 69 juízes de nove Estados receberam mais de R\$ 10 mil a título de auxílio. Por ter caráter de “verba indenizatória”, e não de salário, esses recursos não são levados em conta no cálculo do teto de vencimentos dos magistrados, de R\$ 33.763, nem são descontados quando o limite é atingido.

**+++ Ministra cita escravidão e pede ao governo salário de R\$ 61 mil**

**+++ Ministra desiste de pedir salário de R\$ 61 mil**

**+++ “Usar escravidão para obter privilégio ilegal é um deboche”, diz Lamachia**

Além dos R\$ 890 milhões, há outros custos na folha, de caráter eventual. Em novembro, eles somaram R\$ 9 milhões. Os salários básicos, sem contar os extras, consomem quase R\$ 6 bilhões por ano. Por causa dos auxílios e outros extras, um terço dos juízes estaduais teve rendimento líquido superior ao teto. No topo do ranking, um contracheque de R\$ 227 mil, em Rondônia.

**+++ Juiz de Mato Grosso recebeu mais de meio milhão em julho**

O auxílio-moradia começou como vantagem restrita – uma “ajuda de custo, para moradia, nas comarcas em que não houver residência oficial para juiz, exceto nas capitais”, segundo a Lei Orgânica da Magistratura. Em 1986, a restrição às capitais foi abolida. O que era exceção passou a ser regra. Leis estaduais estenderam o pagamento a todos os integrantes de determinados TJs. O Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu o benefício a todos os juízes federais e, depois, a todos os TJs estaduais e aos ramos militar e trabalhista do Judiciário. Há ações que reivindicam o “direito” também aos juízes aposentados.

# Ranking dos auxílios

Indenizações em forma de auxílios impulsionam o contracheque de um magistrado

	TOTAL DE MAGISTRADOS	SALÁRIO BRUTO (MÉDIA) EM REAIS	AUXÍLIOS RECEBIDOS POR JUÍZ (MÉDIA) EM REAIS	GASTO ANUAL DO TJ COM AUXÍLIOS EM REAIS	
MS	216	24.262	30% 8.388	21.742.764	NA PROPORÇÃO, É O ESTADO QUE MAIS PAGOU AUXÍLIOS
MA	327	23.000	23% 6.589	25.856.844	
MG	1.548	23.000	22% 6.337	117.716.484	
RN	247	23.000	22% 6.241	18.496.932	
PI	186	23.100	22% 6.102	13.619.340	
AC	113	21.500	21% 5.799	7.863.768	
TO	128	20.500	20% 5.636	8.656.356	
AM	167	20.000	19% 5.441	10.903.464	
PB	277	21.100	19% 5.269	17.513.448	
ES	464	22.000	18% 5.225	29.092.356	É O TRIBUNAL COM MENOS MAGISTRADOS
RR	59	21.000	19% 5.212	3.690.120	
BA	601	22.000	19% 5.159	37.205.460	
SE	195	22.000	23% 5.148	12.045.912	
RO	207	22.000	19% 4.990	12.396.204	
SC	661	22.000	17% 4.763	37.781.952	
RJ	1.275	21.000	15% 4.457	68.190.888	
PR	1.286	20.100	17% 4.251	65.653.644	
CE	571	21.000	15% 4.215	28.880.424	
DF	488	20.000	14% 4.107	24.050.352	É O ESTADO COM O MAIOR NÚMERO DE JUÍZES E DESEMBARGADORES
PA	467	21.000	15% 4.106	23.009.004	
SP	3.395	22.000	14% 4.055	165.205.932	
PE	701	22.000	14% 3.998	33.632.916	
AL	213	20.000	14% 3.949	10.094.772	O ESTADO NOTICIOU QUE UM JUÍZ RECEBEU R\$ 500 MIL EM JULHO
MT	443	20.000	13% 3.420	18.181.704	
RS	1.226	20.000	13% 3.319	48.832.236	
GO	708	22.000	11% 3.146	26.728.560	

\*O Amapá não foi contabilizado, pois entregou os contracheques depois dos outros tribunais

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Atualmente, três em cada quatro juizes estaduais recebem auxílio-moradia, independentemente da cidade onde trabalham e do fato de possuir ou não residência própria. Apenas o auxílio-alimentação atinge uma parcela maior: 78%.



Na semana passada, o ministro Luiz Fux, do STF, negou seguimento a uma ação popular contra decisão sua de autorizar pagamento de auxílio-moradia a juizes, promotores e conselheiros de tribunais de contas. Foi Fux, em decisão provisória de 2014, quem estendeu o benefício a todos os juizes federais, mesmo os que atuam na cidade de origem.

### +++ ANÁLISE: Uma decisão equivocada

Para o ex-presidente do STF e do CNJ Carlos Ayres Britto, não faz sentido excluir os auxílios do cálculo do teto. "Sempre entendi, em meus votos, que teto é um limite máximo, não admite sobreteto, ultrapassagem. Na medida em que há claraboia nesse teto, perde-se a noção."

Todos os tribunais estaduais foram procurados pela reportagem. Os 19 que responderam até a conclusão desta edição (SP, DF, CE, PR, MS, MA, MG, PI, TO, AM, ES, RR, BA, SE, RO, SC, PA, RS e GO) ressaltaram que os pagamentos dos salários estão dentro do teto constitucional e que demais auxílios e indenizações constam de legislações estaduais ou resoluções do CNJ, e, portanto, são legais.

Encontrou algum erro? Entre em contato

## SIGA O ESTADÃO

PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

# Supersalários: Cármen Lúcia pede que outros poderes divulguem suas folhas de pagamentos

Declaração acontece após o GLOBO apontar que 71,4% dos magistrados de TJs somaram rendimentos acima do teto de R\$ 33 mil

POR O GLOBO

18/12/2017 9:18 / atualizado 18/12/2017 12:34

f t in



A ministra Cármen Lúcia chega para sessão do Supremo Tribunal Federal - Jorge William/Agência O Globo

RIO - A ministra **Cármen Lúcia**, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou que outros poderes tornem públicos os salários de seus funcionários, como fez o Judiciário por determinação do CNJ. O pedido foi feito em entrevista à Globonews neste domingo, após levantamento do GLOBO apontar que 71,4% dos magistrados dos Tribunais de Justiça (TJs) dos 26 estados e do Distrito Federal somaram rendimentos superiores ao teto constitucional de R\$ 33.763 pagos.

**LEIA MAIS:** Supersalários: Tribunais estaduais informam que auxílios não podem ser contabilizados no teto salarial

**LEIA MAIS:** Tribunais podem ser unidos pelo CNJ por não divulgar

## ÚLTIMAS DE BRASIL

Rosinha disse que sentiu humilhada ao ser presa 18/12/2017 13:45

MPF desiste de fazer perícia em recibos entregues pela...

EM DESTAQUE  
BRASIL



TSE: Definições sobre autofinanciamento e voto impresso...

Rosinha disse que sentiu humilhada ao ser presa

'Estava impossível gerenciar', diz ex-diretor de...





singela razão de que não temos conhecimento dos ganhos dos outros poderes, que também dispõem de ganhos, parece, acima do teto. Por isso mesmo, também precisariam ser conhecidos para sabermos se há o problema, qual é o problema e quem tem o maior problema — afirmou ela.

A presidente do CNJ comentou ainda que o salário estar abaixo do limite estabelecido pela Constituição não significa, necessariamente, legalidade. Na mesma maneira, um vencimento acima do teto, de imediato, também não quer dizer que haja irregularidade.

— Estamos apurando quais são os vencimentos, se são casos esporádicos, para dizer que nem todo pagamento abaixo do teto significa, necessariamente, que seja legal, porque (o magistrado) pode ter recebido sem base legal. Por outro lado, o vencimento num mês com gratificação natalina, pode chegar ao chamado extra teto, que ultrapassa o teto e não é ilegal — explicou a ministra, que defendeu a apuração dos dados:

— O que nós precisamos é saber quais são os dados reais, em que isso impacta a folha e o que fazer a respeito, que é, basicamente, promover o saneamento. Agora temos uma planilha que mostra exatamente quem ganha quanto. Vamos trabalhar para que tenhamos a legalidade do sistema operando novamente.

Depois, Carmen Lúcia voltou a defender que a discussão seja estendida para outras áreas, que nunca disponibilizaram suas remunerações:

— Outras instituições ainda não mandaram (os salários) e nunca mostraram. É preciso que a gente discuta isso de uma forma ampla.

### MÉDIA DE R\$ 42,5 MIL

Dos mais de 16 mil juízes e desembargadores dos TJs, 11,6 mil ultrapassaram o teto. A remuneração média desse grupo de magistrados foi de R\$ 42,5 mil. Nessa conta, auxílios, gratificações e pagamentos retroativos têm peso significativo e chegam a representar um terço do rendimento mensal — cálculo que só pôde ser feito a partir da exigência do CNJ de receber as folhas completas num único padrão.

No levantamento, O GLOBO desconsiderou os benefícios a que todos os servidores dos Três Poderes têm direito: férias, abono permanência e 13º salário. Em alguns estados, foi usada como referência a folha de novembro; em outros, a de outubro ou setembro, dependendo da que foi divulgada.

Não é possível, no entanto, afirmar que os pagamentos são irregulares.

MPF desiste de fazer perícia em recibos entregues pela defesa de Lula

18/12/2017 13:20



Ícone da Lava-Jato, 'Japonês da Federal' vai se aposentar

18/12/2017 12:32

## Veja também



Com extras, 71% dos juízes do país recebem acima do teto de R\$ 33 mil



Supersalários: tribunais estaduais informam que auxílios não podem ser contabilizados no teto

salarial



Cármem Lúcia dá prazo de 48h para tribunais enviarem salários de magistrados ao CNJ

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

EM DESTAQUE  
BRASIL



TSE: Definições sobre autofinanciamento e voto impresso...

Rosinha disse que sentiu humilhada ao ser presa

'Estava impossível gerenciar', diz ex-diretor de...

MPF desiste de fazer perícia em recibos entregues pela...





caráter indenizatório previstas em lei” do cálculo.

Os tribunais argumentam que determinados auxílios, como moradia e alimentação, e os chamados direitos eventuais, entre os quais as gratificações por exercício cumulativo e os pagamentos retroativos, não são considerados na conta do teto constitucional. Os órgãos afirmam seguir as resoluções do CNJ, que fiscaliza o Judiciário e especifica quais auxílios devem ficar de fora do limite.

EM DESTAQUE  
BRASIL



TSE: Definições sobre autofinanciamento e voto impresso...

Rosinha disse que sentiu humilhada ao ser presa

'Estava impossível gerenciar', diz ex-diretor de...

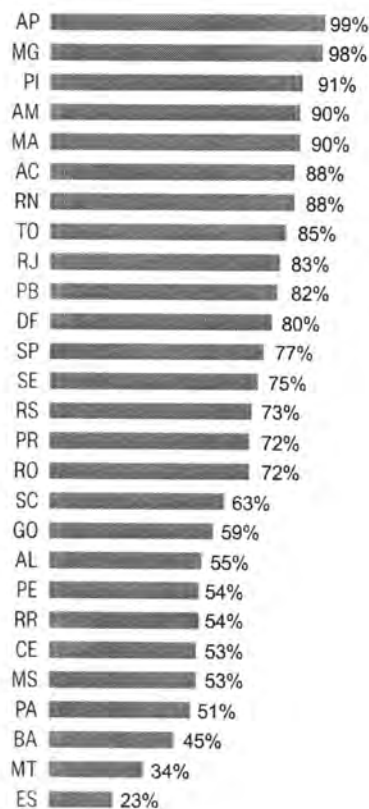
MPF desiste de fazer perícia em recibos entregues pela...





## acima do teto

Os índices de quem supera o limite, por estado



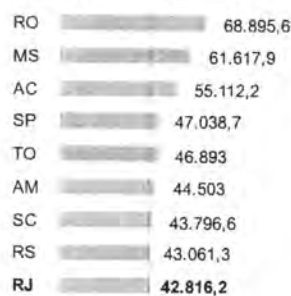
TETO CONSTITUCIONAL

**R\$ 33.763,00**

PROPORÇÃO DE MAGISTRADOS  
COM REMUNERAÇÃO MAIOR QUE  
O TETO EM TODO O PAÍS

**71,4%**

### Rendimento médio de magistrados que receberam acima do teto



MÉDIA GERAL

**R\$ 42.505,66**

9

estados têm

52

juizes e magistrados

EM DESTAQUE  
**BRASIL**



TSE: Definições sobre  
autofinanciamento e  
voto impresso...

Rosinha disse que sentiu  
humilhada ao ser presa

'Estava impossível gerenciar', diz  
ex-diretor de...

MPF desiste de fazer perícia em  
recibos entregues pela...

